

ANÁLISE DO PERFIL FARMACOEPIDEMIOLÓGICO DOS USUÁRIOS DE ANTICONVULSIVANTES EM UMA FARMÁCIA BÁSICA DO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Ermeson Moraes dos Santos¹; Edna Moraes dos Santos²; Maria do Carmo de Alustau Fernandes³; José Valdilânio Virgulino Prócopio⁴

¹Acadêmico do curso de Bacharelado em Farmácia da Faculdade Santa Maria (FSM) – Cajazeiras-PB. E-mail: ermeson_morais@hotmail.com

³Farmacêutica, Especialista em Farmacologia Clínica e Prescrição Farmacêutica. E-mail: edynnamorais@hotmail.com

³Farmacêutica, Doutora em Produtos naturais e sintéticos biotivos pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: karminha@gmail.com

⁴ Farmacêutico, Doutor em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco e Docente da Faculdade Santa Maria (FSM). E-mail: valdilaniofsm@gmail.com

Resumo: A epilepsia é uma doença crônica grave, que chega a afetar cerca de 1% da população mundial, podendo acometer qualquer pessoa independente de raça, sexo, idade e condições socioeconômicas. Atualmente, o tratamento farmacológico consiste na maneira mais utilizada para prevenir as crises convulsivas. A não adesão ao tratamento e as dificuldades de acesso aos anticonvulsivantes tem aumentado os riscos de morte, bem como um descontrole das crises convulsivas em especial nos países em desenvolvimento. O presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil farmacoepidemiológico dos usuários de anticonvulsivantes. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de campo, de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi feito através da análise de questionários, que foram aplicados aos usuários de anticonvulsivantes de uma farmácia básica do alto sertão paraibano. A população foi constituída pelos usuários de anticonvulsivantes, correspondendo a uma média de 280 usuários segundo dados obtidos, conforme média de atendimentos realizados durante os meses de abril, maio e junho de 2014. A amostra foi determinada de modo não probabilístico, utilizando amostragem por conveniência, considerando as primeiras 50 pessoas que foram atendidas na farmácia e se enquadraram nos critérios de inclusão e que aceitaram participar da pesquisa. A coleta dos dados foi realizada no mês de maio de 2015 e os dados foram organizados e classificados através de tabelas, gráficos e quadros. Entre os entrevistados houve um predomínio do sexo feminino (56,0%), a maioria está na faixa etária maior que 40 anos (44,0%), com renda mensal de até dois salários mínimos (46,0%). A maioria dos participantes (70,0%) relatou que os anticonvulsivantes presentes na prescrição eram para o tratamento específico da epilepsia, e entre eles (83,0%) tiveram a confirmação diagnóstica, há mais de um ano. Quanto aos anticonvulsivantes utilizados pelos participantes da pesquisa no controle das crises convulsivas a carbamazepina foi o mais prescrito (71,0%). Os resultados indicaram que (82,8%) dos participantes apresentaram efeitos indesejáveis aos anticonvulsivantes. Cerca de (89,0%) dos participantes apresentaram dificuldades na adesão ao tratamento sendo a principal delas a falta de medicamentos (100,0%). A população (46,0%) classificou o atendimento farmacêutico, como bom. Neste estudo, os resultados mostraram que a epilepsia na região de abrangência analisada é relativamente alta, bem como a demanda pelos anticonvulsivantes, mas que não está sendo suficiente para suprir as necessidades da população, embora o acesso a tais medicamentos seja um direito atribuído aos mesmos.

Descritores: Anticonvulsivantes, Epilepsias, Perfil farmacoepidemiológico, Usuários.

Introdução

Epilepsia é uma condição neurológica grave de alta prevalência, chegando a acometer 1% da população, ou seja, cerca de 60 milhões de pessoas no mundo somando-se três milhões de casos novos ao ano (MIN, 2004). Pode afetar pessoas independente da raça, sexo, faixa

etária, condições socioeconômicas e região, sendo considerada um problema de saúde pública (COSTA; CORRÊA; PARTATA, 2012).

A epilepsia é uma alteração comum, caracterizada por convulsões, que assumem várias formas e decorrem de despolarizações neuronais episódicas, sendo o tipo de convulsão depende da parte do cérebro afetada (RANG et al., 2012).

As crises epiléticas costumam ser classificadas baseando-se nas características clínicas e no eletroencefalograma (EEG), sendo assim divididas em crises epiléticas parciais, que se restringem a apenas uma área do cérebro, e que por sua vez é subdividida em crises parciais simples, sem alteração da consciência, e complexas, com alteração da consciência; e as crises generalizadas, que atingem ambos os hemisférios cerebrais (JOSÉ-NETO; MARCHETTI, 2005).

Atualmente, o tratamento farmacológico é a maneira mais utilizada para prevenir as crises convulsivas, e suas consequências para a saúde do indivíduo. As drogas anticonvulsivantes são eficazes no controle das convulsões em 70% dos pacientes (RANG et al., 2012).

“Há um vasto arsenal de drogas anticonvulsivantes no mercado, e as mesmas agem com certa seletividade no Sistema Nervoso Central (SNC), no entanto 30% dos pacientes não conseguem um tratamento adequado” (PORTO et al., 2007, p.169). Sabe-se que o não-tratamento está associado à maior morbidade e risco de morte súbita, que provavelmente é maior nos países em desenvolvimento, como o Brasil (MIN, 2004). O ponto de partida para uma adequada adesão ao tratamento consiste no esclarecimento feito ao portador de epilepsia e a sociedade, sobre a doença, e que se possa assegurar que a base para a eficácia do mesmo deve-se ao seguimento farmacoterapêutico prescrito (GOMES, 2006).

A princípio a epilepsia pode causar um impacto na qualidade de vida das pessoas não apenas quando recentemente diagnosticada, mas também pelo fato de se tratar de uma doença crônica e que ainda é bastante estigmatizada impondo muitas vezes limitações, sendo uma das causas para a não adesão ao tratamento (FERNANDES; LI, 2006).

É de extrema importância uma análise do perfil farmacoepidemiológico dos usuários de anticonvulsivantes de forma a analisar os medicamentos mais prescritos, a adesão ao tratamento, e se há uma adequação ao perfil do paciente em particular. Desta forma com o levantamento realizado é possível se fazer uma melhor avaliação quanto à farmacoterapia de usuários de anticonvulsivantes. Portanto o presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil farmacoepidemiológico dos usuários de anticonvulsivantes de uma farmácia básica do alto sertão paraibano.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva que se baseou em dados obtidos através de questionários que foram aplicados aos usuários de anticonvulsivantes atendidos em uma farmácia básica do alto sertão paraibano. Neste estudo foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada cuja finalidade foi conhecer a vivência e realidade de problemas concretos específicos com aplicabilidade prática.

A pesquisa foi classificada como uma pesquisa bibliográfica e um estudo de campo, sendo a pesquisa bibliográfica elaborada a partir de materiais já publicados em artigos científicos, livros e/ou materiais disponível na internet. Esse estudo tem caráter quali-quantitativa, onde o mesmo faz uma correlação entre os dados podendo ser mensurados em números, classificados e analisados utilizando-se de técnicas estatísticas, associado à análise qualitativa de dados descritivos para a melhor compreensão acerca de um determinado estudo (TURATO, 2005).

O estudo foi realizado durante o mês de maio de 2015, com o objetivo de analisar o perfil farmacoepidemiológico dos usuários de anticonvulsivantes. A população foi constituída pelos usuários de anticonvulsivantes que fazem uso dos serviços de uma farmácia básica no alto sertão paraibano, correspondendo a uma média mensal de 280 e a amostra foi determinada de modo não probabilístico, utilizando amostragem por conveniência considerando as primeiras 50 pessoas que foram atendidos na farmácia e se enquadraram nos critérios de inclusão.

Os critérios de inclusão foram, apresentar anticonvulsivantes na prescrição de ambos os gêneros e com idade maior ou igual a 18 anos. Os critérios de exclusão foram, pacientes que não apresentaram a prescrição ou mesmo a documentação necessária para a aquisição dos medicamentos, assim como também os pacientes que não se dispuseram a colaborar com o estudo.

O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade Santa Maria (FSM), Cajazeiras – PB, cujo número do parecer foi o 1.052.127.

Resultados e Discussão

A amostra foi representada por 50 pessoas que foram atendidas no estabelecimento durante o período de coleta de dados e as características demográficas, referentes ao gênero,

faixa etária, situação profissional e renda média familiar dos participantes da pesquisa, estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1- Características demográficas dos participantes da pesquisa.

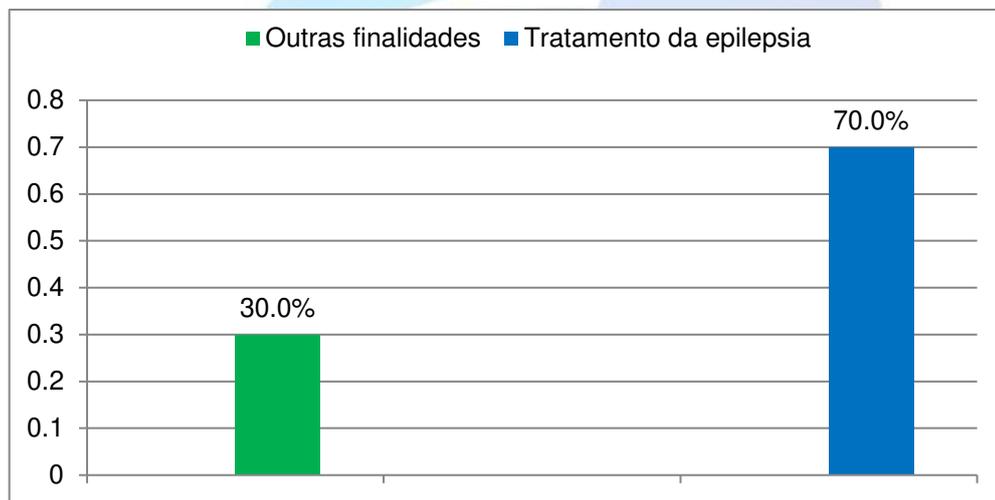
Variáveis demográficas	Classes	%
Gênero	Masculino	44,0
	Feminino	56,0
Faixa etária (anos)	18 – 25	16,0
	26 – 40	40,0
	> 40	44,0
Situação Profissional	Trabalha	35,0
	Desempregado	25,0
	Aposentado	10,0
	Estudante	20,0
	Outro	10,0
Renda média familiar (salários mínimos)	<1	20,0
	1	25,0
	2	46,0
	>2	9,0

O gênero feminino representou o maior número de atendimentos realizados no estabelecimento (56,0%). No que diz respeito à faixa etária a maioria dos participantes da pesquisa apresentaram-se com idade maior que 40anos (44,0%), tais resultados seguem os estudos propostos por Gomes(2012)o qual afirma que às taxas de incidência de epilepsia específicas por idade, têm demonstrado mudanças, com uma redução nos grupos mais jovens e um aumento em pessoas acima dos 40 anos, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na análise das variáveis referentes à situação profissional a maioria dos participantes da pesquisa trabalham (35,0%) e apresentam renda média familiar de dois salários mínimos (46,0%), de acordo com Costa, Corrêa e Partata (2012) a epilepsia pode

acometer pessoas de diferente idade, raça, sexo, condições socioeconômicas e em qualquer região, sendo considerada um problema de saúde pública.

A figura 1 evidencia as finalidades dos anticonvulsivantes apresentados na prescrição médica das pessoas atendidas no estabelecimento.

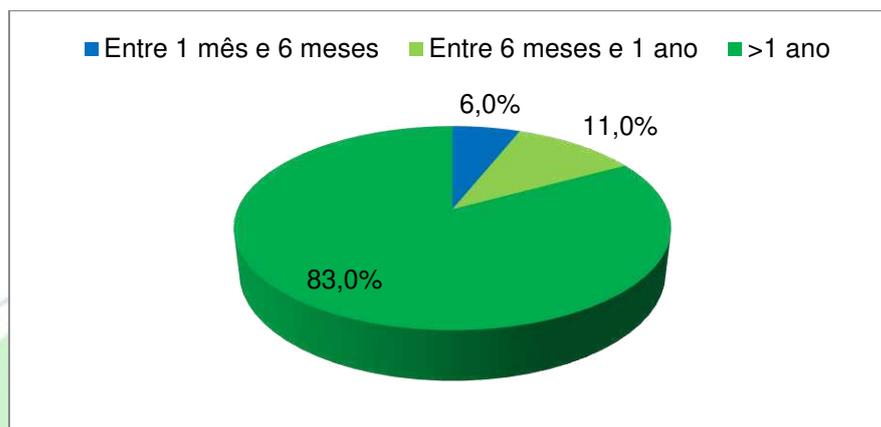
Figura 1- Finalidade de uso dos anticonvulsivantes presentes na prescrição.



Observa-se que a maior parte da amostra estudada faz uso dos medicamentos apresentados na prescrição para o tratamento da epilepsia (70,0%), uma vez que se trata de uma doença que no geral prevalece nos países em desenvolvimento, e segundo Terra e Sakamoto (2014) há mais de 50 milhões de pessoas com epilepsia no mundo, a maioria vivendo em países em desenvolvimento, onde a qualidade de vida é pior e a incidência de infecções do sistema nervoso central (SNC), também é alta.

A figura 2 logo a baixo demonstra o tempo de confirmação diagnóstica para epilepsia dentre as 35 pessoas (70,0%) de um total de 50 pessoas da amostra utilizada, que afirmaram fazerem uso dos anticonvulsivantes para o tratamento da epilepsia.

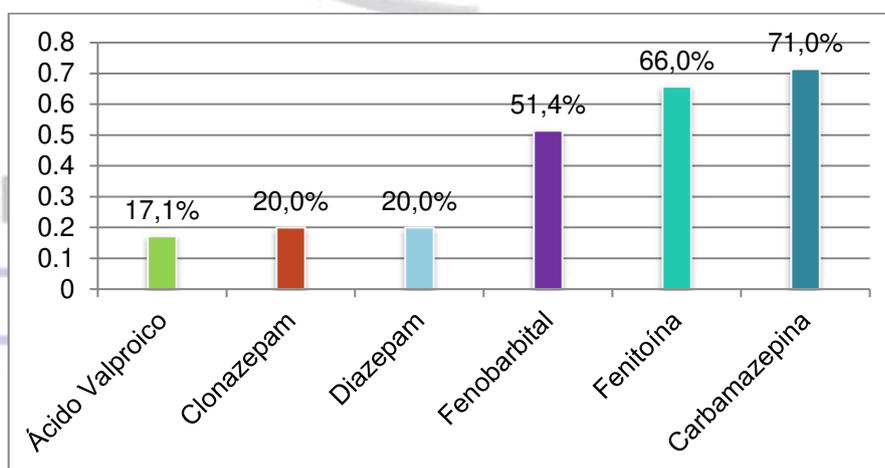
Figura 2 - Confirmação diagnóstica da Epilepsia.



Os resultados revelaram que a maioria dos participantes da pesquisa com epilepsia, tiveram a confirmação diagnóstica há mais de um ano (83,0%), os quais requerem acompanhamento preciso e de orientações constantes sobre a importância da continuidade da terapêutica e da adesão ao tratamento.

As informações referentes aos anticonvulsivantes utilizados pelos participantes da pesquisa no controle das crises convulsivas estão representadas na figura 3.

Figura 3 – Medicamentos utilizados no controle das crises convulsivas.



Entre os medicamentos mais utilizados pelos participantes da pesquisa no controle de suas crises convulsivas destacaram-se a carbamazepina (71,0%), fenitoína (66,0%) e o fenobarbital (51,4%), antiepiléticos considerados tradicionais na atualidade.

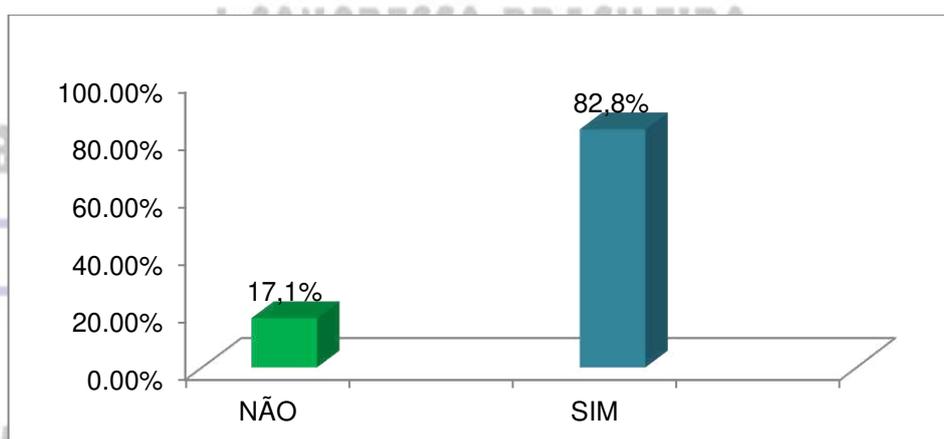
A carbamazepina constitui um dos antiepiléticos mais amplamente usados na prática clínica, portanto, considerado de primeira escolha no tratamento de crises convulsivas em crianças e adultos, apresenta mínimos efeitos adversos, como: sedação, distúrbios cognitivos e

comportamentais quando empregados nas doses terapêuticas, porém suas principais desvantagens são efeitos adversos transitórios no início do tratamento, farmacologia complexa e ausência de formulação para uso parenteral (COSTA, 2014). As ações da carbamazepina é farmacológica e clinicamente semelhante às da fenitoína, apesar de seu muitos efeitos colaterais e comportamento farmacocinético imprevisível, a fenitoína é amplamente usada, sendo eficaz em várias formas de crises parciais e generalizadas (RANG et al., 2012). O fenobarbital atua potencializando a ativação dos receptores GABA_A promovendo a hiperpolarização por diminuir a excitabilidade do neurônio pós-sináptico, seu uso clínico e praticamente o mesmo que o da fenitoína, embora a fenitoína seja preferível em razão da ausência de sedação (PASTORE; OFUCHI; NISHIYAMA, 2007).

Os resultados da pesquisa mostraram também que houve associações entre os anticonvulsivantes, embora a monoterapia seja o mais indicado, pois a ação sinérgica de mais de um medicamento pode resultar na ineficácia ou potencialização de ambos, a exemplo, ainda segundo Costa (2014) a Carbamazepina é um potente indutor de enzimas microsômicas hepáticas e, deste modo, acelera o metabolismo de muitos outros fármacos, como a própria fenitoína.

Resultados relativos a presença ou ausência de efeitos indesejáveis relatados pelo uso dos anticonvulsivantes são representados na figura 4.

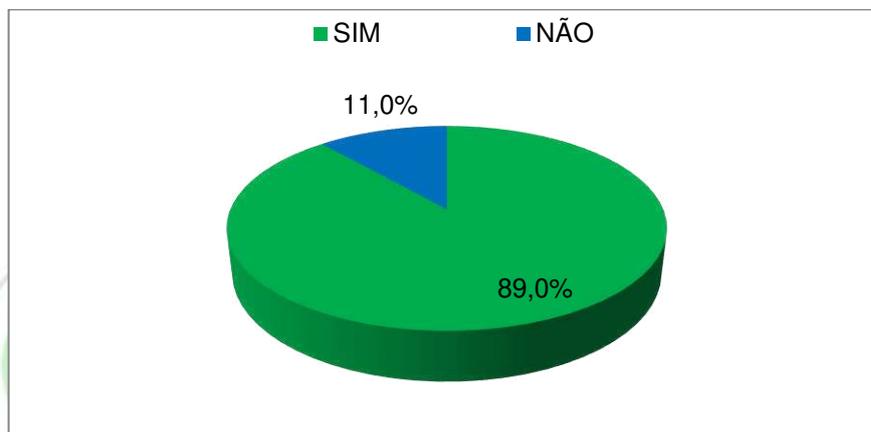
Figura 4 – Efeitos indesejáveis dos medicamentos.



Os resultados indicam que um grande número de pessoas apresentam efeitos indesejáveis pelo uso dos anticonvulsivantes (82,8%), como: sonolência, tonturas, visão embaçada, cansaço e hiperplasia gengival, de acordo com a literatura vigente compreendem os principais efeitos adversos destes medicamentos.

A figura 5 mostra os dados relativos aos participantes que apresentaram alguma dificuldade na adesão ao tratamento da epilepsia.

Figura 5 – Dificuldades na adesão ao tratamento.



Fica evidente pela análise da figura 5 que a maioria dos participantes da pesquisa (n= 31), apresentaram dificuldades na adesão ao tratamento e que as principais dificuldades relatadas estão representadas no quadro 1 que se segue.

Quadro 1 – Principais dificuldades da adesão ao tratamento.

Variáveis	N	%
Dificuldade para se realizar uma consulta médica	17	54,8
Dificuldade em adquirir o(s) medicamento(s) necessário(s)	28	90,3
Falta do(s) medicamento(s)	31	100,0
Efeito(s) indesejável(is) do(s) medicamento(s)	24	77,4

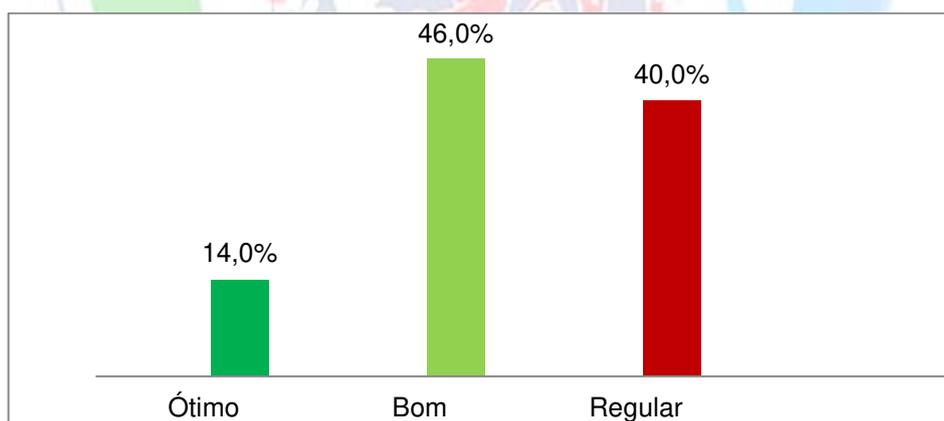
Assim dos 89,0% dos participantes da pesquisa que apresentaram dificuldade na adesão ao tratamento farmacoterapêutico, 100,0% dos mesmos relataram que uma das principais dificuldades constitui-se pela falta de medicamentos diretamente relacionados à dificuldade em adquirir os medicamentos (90,3%), tendo que recorrer a outras formas de

aquisição, como a de dispor de capital para comprá-los. Sendo assim fica claro que a demanda de anticonvulsivantes é alta e que não é suficiente para suprir a necessidades da população atendida, e que a interrupção do tratamento apenas contribui enormemente para consequências e agravamento das crises convulsivas.

A base do tratamento eficaz da epilepsia deve-se ao esclarecimento feito ao paciente, deixando claro que é possível controlar as crises quando o paciente segue a terapêutica prescrita, porém mais importante ainda é que os pacientes tenham acesso aos medicamentos necessários, de acordo com Caboclo (2014) crises mal controladas estão associadas à ocorrência de acidentes, lesões físicas, transtornos psiquiátricos, declínio cognitivo progressivo, estigma e exclusão social.

A figura 6 a seguir demonstra o grau de satisfação dos participantes pelo atendimento farmacêutico no estabelecimento de coleta de dados.

Figura 6 – Classificação do atendimento no estabelecimento.



Na análise dos resultados sobre a classificação do atendimento farmacêutico no estabelecimento de coleta de dados, a maioria dos participantes (46,0%) classificaram como sendo bom, assim a prática farmacêutica esta voltada para a atenção ao paciente e o medicamento torna-se um meio para alcançar um resultado satisfatórios com relação a terapêutica, com o foco de reduzir os riscos inerentes à utilização de fármacos, promovendo assim o uso racional dos mesmos.

Conclusão

Os resultados obtidos demonstram que a epilepsia é uma doença cujos índices na região de abrangência são altos e que apesar de ter ocorrido um predomínio no sexo feminino dos participantes da pesquisa, no geral pode acometer qualquer pessoa independente do gênero e

demais características demográficas. Os conhecimentos sobre a epilepsia é cada vez mais frequente, incluindo a abordagem terapêutica que visa proporcionar melhor qualidade de vida aos pacientes, porém, a informação sobre estes avanços científicos pouco chega aos pacientes, familiares, unidades básicas de saúde e aos demais segmentos da sociedade, isto contribui para estigmatizar o epilético, produzindo uma barreira ao sucesso do tratamento.

Dentre os fármacos antiepiléticos mais utilizados pelos participantes da pesquisa destacou-se a carbamazepina, fenitoína e o fenobarbital, que são fármacos tradicionais. São fármacos que, apesar dos muitos efeitos adversos e interações com outros medicamentos, ainda continuam a ser substancialmente prescritos na atualidade, o que se deve em parte ao seu baixo custo, longo emprego clínico, sendo incluído pela OMS como medicamento essencial

A prevalência de epilepsia na população estudada é alta e a demanda pelos anticonvulsivantes é elevada. A pesquisa mostra que não há medicamentos o suficiente na rede básica de saúde para suprir as necessidades da população. Esse fato foi observado a partir dos resultados que apontaram, como uma das principais dificuldades na adesão ao tratamento farmacoterapêutico, a falta de medicamentos distribuídos.

É importante que as ações e políticas públicas de saúde sejam constantemente reavaliadas, facilitando a adoção de mecanismos de monitoramento do desempenho da atenção e da prevenção da epilepsia.

Referencias:

CABOCLO, L. O. S. F. Epilepsias refratárias. In: YACUBIAN, E. M. T.; CAICEDO, G. C.; POHL, L. R. **Tratamento Medicamentoso das Epilepsias**, São Paulo-SP: Leitura Médica, 2014

COSTA, Á. R. D.; CORRÊA, P. D. C.; PARTATA, A. K. Epilepsia e os Fármacos mais Utilizados no seu Tratamento. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína-TO, v. 5, n.3, p. 53-54, jul. 2012.

COSTA, J. C. Carbamazepina. O desenvolvimento a partir dos psicotrópicos. In: YACUBIAN, E. M. T.; CAICEDO, G. C.; POHL, L. R. **Tratamento Medicamentoso das Epilepsias**. São Paulo-SP: Leitura Médica, 2014.

FERNANDES, P. T.; LI, L. M. Percepção de Estigma na Epilepsia. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Porto Alegre, v. 12, n. 4, p. 207-218, dez. 2006.

GOMES, M.M., Prognóstico a Longo Prazo da Epilepsia. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Rio de Janeiro- RJ, v. 18, n. 2, p. 35-40, jun. 2012.

GOMES, M. M. História da Epilepsia: Um Ponto de Vista Epistemológico. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 161-167, set. 2006.

JOSÉ-NETO, G.; MARCHETTI, R. L. Aspectos epidemiológicos e relevância dos transtornos mentais associados à epilepsia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo-SP, v. 27, n. 4, p.323-328, dez. 2005.

MIN, L. L. Epilepsia Sob Nova Perspectiva. **Ciência e Cultura**, São Paulo-SP, v. 56, n.1, p. 44-45, jan./mar. 2004.

PASTORE, M. E.; OFUCHI, A. S.; NISHIYAMA, P. Monitorização terapêutica de fenobarbital, Maringá, v. 29, n. 2, p. 125-131, 2007.

PORTO, L. A. et al. Papel dos Canais Iônicos nas Epilepsias e Considerações Sobre as Drogas Antiepilépticas – Uma breve revisão. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, Porto Alegre, v. 13, n. 4, p. 169-175, 2007.

RANG, H. P. et al. **Farmacologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TERRA, V. C.; SAKAMOTO, A. C. Classificando as crises epilépticas para a programação terapêutica. In: YACUBIAN, E. M. T.; CAICEDO, G. C.; POHL, L. R. **Tratamento Medicamentoso das Epilepsias**. São Paulo-SP: Leitura Médica, 2014.

TURATO, E. G. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo- SP, v. 39, n. 3, Jun. 2005.

I CONGRESSO BRASILEIRO
em Violência na Perspectiva da Saúde Pública: Experiências e Desafios
e
CONGRESSO REGIONAL
em Violência na Velhice: Abordagem em Saúde Pública

REALIZAÇÃO:

